

Continuação das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021 da BRK AMBIENTAL – MARANHÃO S.A.

O saldo refere-se, basicamente, aos novos centros de preservação, perfuração de poços, redes de distribuição de água e adutoras, que serão totalmente concluídos em dezembro de 2023. No decorrer do exercício de 2021, a Companhia capitalizou juros dos financiamentos no montante de R\$ 2.493 (2020 – R\$ 3.271).

9 Ativo de direito de uso

	Equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	1.275	444	3.343	5.062
Adições	858		491	1.349
Baixas	(82)	(52)	(1.252)	(1.386)
Transferências		(477)	477	
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	2.051	392	3.059	5.502
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	2.051	392	3.059	5.502
Adições				
Baixas	(1.301)	(6)	(926)	(2.233)
Transferências				
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	750	388	4.129	5.267

10 Intangível

	Sistema de água e esgoto	Softwares	Total
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	53.631	189	53.820
Adições	4	120	124
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	53.635	309	55.662
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	53.635	309	55.662
Adições			
Baixas	(1.301)	(6)	(1.307)
Transferências			
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	160.531	148	160.679

11 Fornecedores: A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização de prestação de serviços de tratamento de esgoto sanitário, com prazo médio de pagamento em cerca de 30 dias.

	2021	2020
Saldo inicial em 1º janeiro de 2020	4.835	1.422
Adições	4.072	2.010
Baixas	(373)	(279)
Transferências	632	291
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	9.166	4.444
Saldo inicial em 1º janeiro de 2021	9.166	4.444
Adições		
Baixas	(1.208)	(112)
Transferências		
Saldo final em 31 de dezembro de 2021	7.958	4.332

12 Empréstimos, financiamentos e passivo de arrendamento: 12.1 Empréstimos e financiamentos: (a) Composição

Modalidade	médios anuais	Vencimentos	2021	2020
Estruturado	8,71%	abr/2040	53.337	54.889
Total			53.337	54.889
(-) Circulante			1.773	(132)
Não circulante			51.564	54.757
Total			53.337	54.889

(b) Movimentação

	2021	2020
Saldo no início do exercício	54.889	55.739
(+) Adição de juros	4.699	4.957
(-) Amortização de principal	(1.549)	(981)
(-) Amortização de juros	(4.702)	(4.826)
Saldo no final do exercício	53.337	54.889

(c) Prazo de vencimento: O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	2021	2020
2023	1.746	1.853
2024	1.853	1.968
2025	2.088	2.218
2026	2.354	2.500
2027	2.654	2.818
2028	2.992	3.283
2029	2.837	3.042
2030	2.992	3.283
2031	2.992	3.283
2032	2.992	3.283
2033 em diante	28.373	31.142
Total	51.564	54.757

(d) Garantias: As garantias do contrato de financiamento estruturado são: (i) vinculação de receita e penhor de direitos creditórios oriundos da concessão; (ii) penhor da totalidade das ações da Companhia; (iii) penhor dos direitos emergentes oriundos da concessão; (iv) suporte dos acionistas garantindo as obrigações e compromissos assumidos; e (v) emissão de nota promissória no valor da operação de crédito. **(e) Cláusulas contratuais restritivas – Covenants:** A Companhia possui em seu contrato de financiamento cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais. A consequência para o não cumprimento desse compromisso é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia estava adimplente com as cláusulas restritivas relativas aos financiamentos.

12.2 Passivo de arrendamento: (a) Composição

Modalidade	Vencimentos	2021	2020
Passivo de arrendamento	mai/2022 a out/2024	3.740	5.384
Circulante		1.883	874
Não circulante		1.857	4.510
Total		3.740	5.384

(b) Movimentação

	2021	2020
Saldo no início do exercício	5.384	3.858
(+) Adição de principal	4.268	4.161
(-) Baixa	(3.266)	(780)
(-) Remensurações	(258)	
(-) Amortização de principal	(3.328)	(2.830)
(+) Amortização de AVP	940	975
Saldo no final do exercício	3.740	5.384

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **BRK Ambiental – Maranhão S.A.**

Paço do Lumiar - MA.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da BRK Ambiental – Maranhão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRK Ambiental – Maranhão S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente

(c) Prazo de vencimento: O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por vencimento:

	2021	2020
2023	993	864
2024	1.857	1.968
2025	2.088	2.218
2026	2.354	2.500
2027	2.654	2.818
2028	2.992	3.283
2029	2.837	3.042
2030	2.992	3.283
2031	2.992	3.283
2032	2.992	3.283
2033 em diante	28.373	31.142
Total	51.564	54.757

13 Salários e encargos sociais

	2021	2020
Benefícios	11	6
Obrigações sociais	551	459
Provisões de férias	1.608	1.470
Participação sobre os lucros (I) (Nota 2.15 (c))	1.605	1.605
Outros	4	3
Total	3.779	3.543

(i) Refere-se à provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultado da Companhia, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado, no montante estimado da saída de recursos no futuro. A provisão é registrada como custo dos serviços prestados ou despesas operacionais de acordo com a atividade do empregado.

14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: (a) Composição, expectativa de realização e movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	2021	2020
Composição no balanço patrimonial (não circulante)	30.327	28.206
Ativo diferido	30.327	28.206
Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme o estudo técnico, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:		
Ativo de imposto diferido	2021	2020
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses	32.514	32.514
Expectativa por ano de realização do ativo diferido é como segue:		
2027	565	745
2028	745	745
2029	1.377	1.377
2030	2.149	2.149
2031	2.932	2.932
Demais anos	24.746	24.746
Total	32.514	32.514

Passivo de imposto diferido
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses (2.187)
Expectativa por ano de liquidação do passivo diferido é como segue:
2030 (2.187)
2031 (2.187)
2032 (2.187)
2033 (2.187)
Demais anos (2.187)

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Reconhecimento no demonstração do resultado	Reconhecimento direto no patrimônio líquido	Outros	2020
Ativo fiscal diferido	2019	2019	2019	2020
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	26.253	829		27.082
Provisões	1.835	53		1.888
Demais diferenças temporárias	22	(22)		
Lei 9.656 – Obrigações com benefícios pós-emprego	520	86	(241)	365
Total ativo fiscal diferido	28.630	946	(241)	29.335
Compensação CPC 32	(898)		(231)	(1.129)
Total	27.732	946	(241)	28.206

	Reconhecimento no demonstração do resultado	Reconhecimento direto no patrimônio líquido	Outros	2021
Passivo fiscal diferido	2020	2020	2020	2021
Receita e custo de construção concessões ativo intangível	(675)	(128)	(224)	(1.027)
Capitalização de juros e custo de transação	1	(1)		
Demais diferenças temporárias	(102)		(102)	
Total passivo fiscal diferido	(674)	(231)	(224)	(1.129)
Compensação CPC 32	674		455	1.129
Total			231	

	Reconhecimento no demonstração do resultado	Reconhecimento direto no patrimônio líquido	Outros	2021
Ativo fiscal diferido	2020	2020	2020	2021
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	27.082	3.755		30.837
Provisões	1.888	(342)		1.546
Lei 9.656 – Obrigações com benefícios pós-emprego	365	76	(310)	131
Total ativo fiscal diferido	29.335	3.489	(310)	32.514
Compensação CPC 32	(1.129)		(1.058)	(2.187)
Total	28.206	3.489	(310)	30.327

Passivo fiscal diferido

	Reconhecimento no demonstração do resultado	Reconhecimento direto no patrimônio líquido	Outros	2021
Receita e custo de construção concessões ativo intangível	(1.027)	(272)		(1.299)
Capitalização de juros e custo de transação	(793)		(793)	
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei 11.638/11 (ajustes de RTT)	(102)	7	(95)	
Total passivo fiscal diferido	(1.129)	(1.058)	(217)	(2.187)
Compensação CPC 32	1.129		1.058	2.187
Total			1.058	

Os ativos de impostos diferidos são reconhecidos, para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. **(b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva:** O imposto de renda e contribuição social sobre o prejuízo da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal aplicável aos prejuízos, como segue:

	2021	2020
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	(7.421)	(2.589)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	2.523	880
Efeito das adições permanentes	(92)	(165)
Receita de imposto de renda e contribuição social	2.431	715
Composição do IR e da CS	2.431	715
Receita de imposto de renda e contribuição social		
Alíquota efetiva	-32,76%	-27,62%

se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos

15 Partes relacionadas: (a) As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	Taxa efetiva de juros anual	Passivo não circulante		Resultado financeiro	
		2021	2020	2021	2020
Mútuo (I)					
BRK Ambiental	CDI + 2% a 5%	38.814	102.297	(8.535)	(4.662)
BRK Ambiental Ativos Maduros S/A ("BRK Ativos Maduros")			5.002	(2)	(2)
BRK NE/IN/CO S.A. ("BRK NE")	CDI + 2,86%	136.470		(540)	
Total		175.284	107.299	(9.077)	(4.664)
Demais partes relacionadas (II)					
BRK Ambiental		46.103	35.991	(8.723)	(8.236)
Total		221.387	143.290	(17.800)	(12.900)

(i) Os contratos de mútuos mantidos entre a Companhia, sua controladora direta e BRK NE representam transações usuais e recorrentes, tais como coberturas de déficits operacionais de caixa, realização de investimentos e cumprimento de obrigações financeiras previstas nos contratos de financiamentos. Os contratos de mútuos no montante de R\$ 175.284 (2020 – R\$ 102.297), classificados no passivo não circulante possuem, substancialmente, a característica de empréstimos ponte cujos projetos de investimento em infraestrutura possuem a BRK Ambiental e BRK NE como patrocinadoras e seguem o cronograma de investimentos das concessões. (ii) O saldo refere-se, substancialmente, ao rateio de despesas mediante contrato firmado entre as partes, sem incidência de encargos financeiros e com vencimento indeterminado. **(b) Passivo de arrendamento partes relacionadas:** O saldo de passivo de arrendamento apresentado no passivo circulante e não circulante, contém transações com partes relacionadas com o Ouro Verde no montante de R\$ 2.709 (2020 – R\$ 2.595), com vencimento em mai/2022 a out/2024. **16 Provisões para contingências:** As movimentações das provisões dos processos judiciais no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram como segue:

	Recla- mações civis	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Total
Em 01 de janeiro de 2021	2.413	391	2.804
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	2.934		2.934
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados	(1.075)	(323)	(1.398)
(-) Reduções decorrentes de pagamentos	(2.198)		(2.198)
Em 31 de dezembro de 2021	2.074	68	2.142

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil, trabalhista e ambiental, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia é réu e para as quais a classificação de perda é mais provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade de ocorrência. **(a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível:** A Companhia está envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. **Processos de natureza civil –** Refere-se a processos administrativos e judiciais, indicados como reclamações cíveis, que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de relação de consumo e responsabilidade civil, questões imobiliárias e ações que discutem o cumprimento de obrigações regulatórias, contratuais e demandas de natureza tributária e previdenciária no montante de R\$ 7.463, representando diversos processos. **Processos de natureza trabalhista –** Refere-se a processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista. Estes processos versam, principalmente, sobre verbas trabalhistas alegadamente não adimplidas reclamadas por empregados próprios e terceirizados, que se encontram em diversas instâncias judiciais, no montante de R\$ 1.210, representado por diversos processos. **Processos de natureza ambiental –** Refere-se a processos administrativos e judiciais que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da aplicação de penalidades ambientais no montante de R\$ 1.528, representado substancialmente por atuações administrativas relacionadas a não cumprimento de termo de compromisso. Além dos casos acima, há acompanhamento de pedido de nulidade do contrato de concessão de Maranhão no qual houve uma decisão de 1ª instância em Ação Civil Pública no dia 5 de março de 2018, declarando nulo o contrato da BRK Ambiental Maranhão S.A., sendo que, em 20 de março de 2018, essa decisão foi suspensa pelo Tribunal de Justiça do Maranhão até o julgamento do caso. Ainda, em Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pelo Ministério Público (MP) questionando a lei que autorizou a concessão (e que, em tese, poderia resultar na anulação da concessão), foi negada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão a liminar pedida pelo MP, o que demonstra que a maioria dos desembargadores entendeu pela constitucionalidade da referida lei e da concessão. O MP contestou o indeferimento da liminar, e o Tribunal de Justiça do Maranhão confirmou a negativa em 30 de junho de 2021. Ambas as ações terão o mérito julgado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão futuramente, sem data definida. Caso houvesse, no futuro, decisão final determinando a anulação do contrato de concessão, a subsidiária teria direito a pleitear indenização, englobando os investimentos não-amortizados, bem como a manutenção do contrato de concessão até que tal indenização seja efetivamente paga. A Companhia baseada na opinião de seus assessores legais, avaliou como risco baixo as duas ações judiciais acima referidas (ACP e